



Pessoas com síndrome de Down são homenageadas em sessão solene

A importância do Legislativo no processo de inclusão social foi destacada pelo presidente Michel Temer na sessão solene que homenageou, ontem, o Dia Internacional da Síndrome de Down. De acordo com o presidente da Câmara, o desejo dos deputados é produzir uma legislação integradora, inclusive no mercado de trabalho. A homenagem à data, celebrada em 21 de março, foi proposta pela Comissão de Legislação Participativa, por iniciativa do deputado Paulo Pimenta e da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

Página 5

Temer confirma inclusão do projeto Ficha Limpa na pauta de hoje do Plenário

Página 3

CÓDIGO FLORESTAL | 8

Em seminário que teve apoio da Frente Parlamentar Ambientalista, os deputados Jorge Khoury e Sarney Filho (C) defenderam o adiamento para 2011 da votação da proposta do novo Código Florestal



Já o deputado Aldo Rebelo (2º à direita), relator da comissão especial que analisa a matéria, descartou o adiamento da discussão e disse que apresentará seu parecer até o final do mês

agenda

QUARTA-FEIRA
7 de abril de 2010

Defesa nacional

A Comissão de Relações Exteriores discute com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o Decreto 7.037/09, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3); e o relatório técnico da FAB sobre a aquisição de caças. Plenário 3, às 10h30

Juros

A Comissão de Desenvolvimento Econômico debate a súmula 121 do STF, que estabelece vedação à capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada. Plenário 05, às 10h30

Processo civil

A CCJ realiza audiência pública com o ministro do STJ, Luiz Fux, para debater o anteprojeto do novo Código de Processo Civil. Plenário 1, às 11h

Votações

Reunião de líderes para definir a pauta de votações desta quarta-feira. Gabinete da Presidência, às 11h30

Visita oficial I

Visita da Delegação do Parlamento Europeu ao presidente da Câmara, Michel Temer. Gabinete da Presidência, às 12h

Lei da Anistia

A Comissão Especial sobre a Lei da Anistia reúne-se para debater o relatório da Advocacia-Geral da União sobre o tema. Plenário 11, às 14h

ONGs na Amazônia

A Comissão da Amazônia discute os repasses de verbas públicas da área de saúde para ONGs no Amazonas. Plenário a definir, às 14h

Hidrelétricas

A Comissão de Direitos Humanos debate os impactos da implantação das usinas hidrelétricas de Estreito, do Maranhão, e Belo Monte, do Pará. Plenário 9, às 14h

MST

A CPMI do MST debate o tema com especialistas do setor. Sala 2 da Ala Nilo Coelho (Senado), às 14h

Código Florestal

A Comissão Especial sobre o Código Florestal debate o tema com especialistas do setor. Plenário 7, às 14h

Ambiente urbano

A Comissão Especial sobre Preservação do Ambiente Urbano reúne-se para discussão e votação do parecer do relator, deputado Zequinha Marinho (PSC-PA). Plenário a definir, às 14h30

Mercosul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul debate o reconhecimento no Brasil de títulos acadêmicos adquiridos nos demais Estados Partes do Mercosul. Plenário 19, ala Alexandre Costa (Senado), às 14h30

Judiciário

A Comissão Especial sobre o Estatuto dos Servidores do Judiciário reúne-se para discussão e votação do parecer do relator, deputado Manoel Júnior (PMDB-PB). Plenário 10, às 14h30

União Europeia

A Comissão de Desenvolvimento Econômico; e de Relações Exteriores realiza reunião de trabalho com a Comissão de Comércio Internacional do Parlamento da União Europeia. Plenário 8, às 15h

Visita oficial II

Visita oficial da presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf. Salão Nobre, às 15h30

Líderes discutirão urgência de projeto que pune procuradores

Keila Santana

O pedido de urgência sobre o PL 265/07, do deputado Paulo Maluf (PP-SP), que responsabiliza civil e criminalmente os membros do Ministério Público por ações consideradas perseguição pessoal ou má-fé contra processados, será rediscutido no Colégio

de Líderes, informou ontem o presidente da Câmara, Michel Temer. Integrantes do Ministério Público Federal vieram à Câmara pedir a retirada da pauta de votações da proposta conhecida como Lei da Mordaga. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, avalia que o projeto tem a clara intenção de intimidar os membros do Ministério Público, impedindo o exercício do dever constitucional dos promotores.

Gurgel afirma que não é necessária uma nova regulação do Ministério Público porque a instituição já conta com um conselho nacional para fiscalizar os integrantes e punir os possíveis abusos ou desvios de conduta dos procuradores. "Desvios de



Temer reuniu-se com integrantes do Ministério Público, que pediram que a proposta não seja votada

conduta de membros do Ministério Público existem, mas representam um percentual ínfimo diante da atuação extremamente positiva do MP. Percentual mínimo, entretanto, que deve ser reprimido e que deve ser inibido, e isso vem sendo feito pelas corregedorias

de cada ministério público e quando estas não atuam devidamente, pelo conselho nacional. Na verdade, esse projeto de lei traduz uma inutilidade", afirmou.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antônio Carlos Bigonha, acredita que, mesmo se levado à votação, o projeto não será aprovado. Ele informou que a associação vai organizar uma série de protestos em todo o País contra o projeto para convencer a opinião pública sobre os prejuízos à sociedade que a aprovação da lei pode provocar.

Câmara firma convênio para a AGU atender parlamentares

O presidente Michel Temer recebeu ontem o advogado-geral da União (AGU), ministro Luiz Inácio Lucena Adams, para firmar Acordo de Cooperação Técnica com a instituição. Pelo convênio, advogados da AGU vão prestar assistência aos deputados, já que a Constituição estabelece que os parlamentares devem ser atendidos pela AGU, o que não está ocorrendo. O acordo prevê a instalação na Câmara do Escritório Avançado da AGU. O objetivo é estabelecer mecanismos de integração e intercâmbio de informações, para aprimorar a representação judicial do órgão, além de prevenir e solucionar conflitos administrativamente.

CNI apresenta agenda legislativa de 2010

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou ontem uma lista com 117 projetos de interesse do setor produtivo que podem ser votados no Congresso. A agenda legislativa para 2010 apresenta aos parlamentares uma pauta de prioridades do setor industrial, apesar das restrições decorrentes das eleições de outubro. Entre as propostas com impacto para a indústria, 20 foram destacadas, como o novo marco regulatório para exploração do pré-sal, a revisão da Lei de Licitações e o

texto que trata sobre a redução da jornada de trabalho.

A redução da carga horária semanal, em discussão na Câmara, é justamente o ponto mais polêmico da agenda legislativa da indústria, segundo o presidente da Casa, Michel Temer. Ele lembrou que, diante da controvérsia, sugeriu uma proposta intermediária, de redução para 42 horas, sendo 43 horas em 2011 e 42 horas em 2012. "É claro que nem o empresariado nem as centrais sindicais aceitam, mas quero

buscar o meio termo."

O presidente da CNI, deputado Armando Monteiro (PTB-PE), reconhece o esforço de diálogo de Temer, mas disse que o setor não aceita reduzir a jornada de trabalho por meio de lei, e sim por acordo coletivo nos sindicatos como acontece hoje.

Da pauta apresentada pela CNI, o presidente Michel Temer acredita ser possível aprovar pelo menos três projetos, com destaque para a regulação dos serviços terceirizados e temporários (PL 4302/98).

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: Michel Temer (PMDB-SP)

1º Vice-Presidente
Marco Maia (PT-RS)
2º Vice-Presidente
Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)
1º Secretário
Rafael Guerra (PSDB-MG)
2º Secretário
Inocêncio Oliveira (PR-PE)
3º Secretário
Odair Cunha (PT-MG)
4º Secretário
Nelson Marquzelli (PTB-SP)

Suplentes
Marcelo Ortiz (PV-SP), Giovanni Queiroz (PDT-PA), Leandro Sampaio (PPS-RJ) e Manoel Junior (PSB-PB)
Ouvidor Parlamentar
Mario Heringer (PDT-MG)
Procurador Parlamentar
Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)
Diretor-Geral
Sérgio Sampaio de Almeida
Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Sérgio Chacon (61) 3216-1500 secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor Pedro Noleto	Editoras Maria Clarice Dias Renata Tórres	Diagramadores Guilherme Rangel Barros José Antonio Filho Roselene Figueiredo	Ilustrador Renato Palet Editor de fotografia Reinaldo Ferrigno
-------------------------	---	---	---

Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - 70160-900 Brasília DF
jornal@camara.gov.br | Fone: (61) 3216-1660 | Distribuição - 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Michel Temer confirma Ficha Limpa na pauta; DEM vai pedir urgência

O presidente da Câmara, Michel Temer, confirmou que o projeto Ficha Limpa (PLP 518/09 e outros) será mantido na pauta de votações de hoje. “Estou levando o projeto a Plenário contra várias resistências”, disse Temer. O substitutivo do deputado **Indio da Costa (DEM-RJ)** à proposta torna inelegível por oito anos quem for condenado por órgão colegiado e conduta dolosa (quando há intenção de violar a lei). A medida pode valer nas eleições deste ano.

Temer disse que, na reunião de hoje, espera convencer os líderes a iniciar a votação. O presidente garantiu que as divergências serão levadas a Plenário, onde os deputados deverão apresentar novas emendas alterando o teor da proposta. O projeto Ficha Limpa, de iniciativa popular, foi apresentado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e recebeu 1,6 milhão de assinaturas. A matéria já passou por análise de um grupo de trabalho relatado pelo deputado Indio da Costa.

Regime de urgência - O DEM vai apresentar requerimento para que o projeto tramite em regime de urgência. A informação foi divulgada ontem, durante bate-papo na *Agência Câmara* com os assessores técnicos que auxi-

liaram o deputado Indio da Costa na relatoria da proposta.

Temer, porém, não acredita que o pedido de urgência seja aprovado. “Vou consultar os líderes amanhã [hoje], mas eu temo que não queiram votar o regime de urgência. Aí nós devolvemos o projeto para a CCJ e lá será o palco próprio para formatar em definitivo o projeto”.

Caixa dois - Durante o bate-papo, alguns internautas questionaram se o substitutivo ao projeto do Ficha Limpa

impede a candidatura de quem estiver envolvido com uma das questões-chaves dos últimos escândalos de corrupção: o caixa dois dos partidos.

Por meio dos assessores, o deputado Indio da Costa ressaltou o que pretende a proposta: ficarão inelegíveis por oito anos os que tiverem suas contas públicas rejeitadas, os condenados por improbidade administrativa, por corrupção eleitoral, por compra de votos e por doação ou gastos ilegais para a campanha (caixa dois), entre outros

pontos.

Outra pergunta recorrente foi se o projeto do Ficha Limpa não seria inconstitucional, por ferir o princípio da presunção de inocência. De acordo com os assessores técnicos, o texto não é inconstitucional porque o princípio da presunção de inocência refere-se apenas ao Direito Penal, não ao Direito Eleitoral.

A Constituição prevê que ninguém será considerado culpado até a sentença penal condenatória em última instância. O projeto não considera ninguém culpado antes dessa decisão final, mas impede a candidatura e afasta da vida política aqueles condenados por órgãos colegiados.

Os internautas também questionaram se falta coragem aos deputados para aprovar o projeto do Ficha Limpa. Segundo os assessores do relator, o texto aprovado pelo grupo de trabalho vai ao encontro dos anseios da sociedade. Eles destacaram que o texto foi construído em conjunto com o MCCE.

Para eles, até o momento não faltou coragem dos parlamentares envolvidos no grupo de trabalho que analisou a proposta. Resta à sociedade civil acompanhar a atuação dos parlamentares no Plenário e pressionar pela aprovação do texto.



RODOLFO STUCKERT

O projeto Ficha Limpa, de iniciativa popular, recebeu 1,6 milhão de assinaturas e foi entregue aos parlamentares em setembro de 2009

Plenário transfere análise de medidas provisórias para hoje

O Plenário transferiu para hoje a votação da Medida Provisória 477/09. A oposição fez um pedido de votação nominal do parecer do relator da MP, deputado **Paulo Roberto Pereira (PTB-RS)**, quanto aos aspectos constitucionais e de relevância e urgência da matéria. Porém, diversos partidos entraram em obstrução e a matéria não foi votada por falta de quórum.

Apesar do acordo feito entre governo e oposição para votar ontem essa matéria e a MP 480/10, os debates se prolongaram e dificultaram a análise do mérito da matéria. A MP 477/09 concede crédito extraordinário de R\$ 18,1 bilhões a diversos ministérios e estatais no Orçamento de 2009, mas cancela outros R\$ 14,6 bilhões, a maior parte relativa a investimentos.

Urgência e relevância - A oposição posicionou-se contrariamente à MP e terminou impedindo a votação da proposta argumentando que ela não cumpre os critérios constitucionais de urgência e relevância. Líder da minoria, **Gustavo Fruet (PSDB-PR)** anunciou que o PSDB vai ajuizar ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a

MP junto ao Supremo Tribunal Federal. Segundo Fruet, a MP é uma forma de o governo “marretar o Orçamento para permitir que empresas estatais ‘cumpram seus empenhos mesmo sem recursos”.

“Esse crédito é escandaloso, não é extraordinário nem aqui nem na China”, protestou o líder do PPS, **Fernando Coruja (SC)**, acusando o governo de não ter planejamento e tratar com desconsideração tanto o Congresso como o STF, “que já decidiu que crédito extraordinário só pode em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

Em resposta, **Maurício Rands (PT-PE)** criticou a “impressionante disposição da oposição de ficar contra”. Segundo Rands, a MP atende casos de calamidade pública, pois prevê assistência e atendimento médico de urgência a populações atingidas por enchentes. “A MP defende vidas, porque prevê obras de abastecimento e de saneamento, unidades de prontoatendimento (UPAs), recuperação da malha rodoviária, que é importante para salvar pessoas, pois nem toda cidade tem hospital”, afirmou.

José Genoíno (PT-SP) disse estranhar o combate à MP. “Foi a própria

oposição que nos propôs votar antes a MP 477, dizendo considerá-la necessária a muitos projetos em curso no País; nós concordamos, fechamos o acordo, e agora nos deparamos com essa guerrinha de marcação de posição”, afirmou.

Chuvas no Rio - Miro Teixeira (PDT-RJ) propôs incluir na MP uma autorização para o Executivo remanejar R\$ 100 milhões para atender às vítimas da tragédia que se abateu sobre o Rio de Janeiro. O

relator Paulo Roberto Pereira rejeitou a proposta, argumentando razões técnicas. “O mais correto é a edição de uma nova MP, como o governo fez para Santa Catarina”, disse.

Antes do encerramento dos trabalhos, o Plenário realizou um minuto de silêncio em solidariedade às vítimas das enchentes no Rio de Janeiro. A iniciativa foi do 1º vice-presidente da Câmara, **Marco Maia (PT-RS)**.

RODOLFO STUCKERT



O debate sobre a MP 477 foi acompanhado por manifestantes nas galerias do plenário

CCJ aprova reconhecimento de papiloscopista como perito oficial

Vania Alves

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou ontem o reconhecimento dos papiloscopistas como peritos oficiais para fins cíveis e criminais. O Projeto de Lei 5649/09, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), foi aprovado na forma de substitutivo e, como foi modificado, volta para análise do Senado. De acordo com o relator, deputado **Décio Lima (PT-SC)**, o reconhecimento dos papiloscopistas como peritos, além de corrigir uma injustiça com a categoria, vai permitir a resolução de problemas processuais.

O papiloscopista é o profissional que trabalha na coleta e análise de impressões digitais. Décio Lima explicou que, como esses profissionais não são oficialmente peritos, a maior parte dos tribunais não aceita as perícias que eles realizam. "Muitas vezes, isso resulta em impunidade", disse o deputado.

O projeto tramita em caráter conclusivo e já foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Também foi aprovado o Projeto de Lei 977/07, do deputado Léo Vivas (PRB-RJ), que tramita apensado.



Representantes de papiloscopistas e de peritos se dividiram, no plenário da CCJ, entre apoio e críticas ao projeto

Lacuna jurídica - Para o deputado **José Genoíno (PT-SP)**, a proposta corrige uma lacuna na Lei da Perícia (Lei 8.455/92), que deixou de fora os papiloscopistas. Com o plenário da CCJ dividido entre esses profissionais e os peritos, que são contra o projeto, Genoíno afirmou que não é razoável a divisão. "O País precisa de muito mais peritos e papiloscopistas e há espaço para todos", disse.

O deputado **Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)** afirmou que o parecer ao projeto, com a manifestação de inúmeros doutrinadores e ministros de tribunais superiores, deixou claro que não há dife-

rença no trabalho de perícia realizada pelos papiloscopistas e pelos peritos oficiais. Por isso, não haveria motivos para manter à parte a categoria. Já na avaliação do deputado **Efraim Filho (DEM-PB)**, é preciso definir as competências de cada profissional para garantir a integralidade do trabalho realizado.

Modificações - O substitutivo aprovado determina que serão reconhecidos como peritos oficiais os profissionais que exercem o trabalho de papiloscopia e necropapiloscopia. Foram retiradas do texto as referências aos poderes estaduais, a concurso público para a categoria e a servidores públi-

cos que exerçam a função.

Adicional para policiais - A CCJ também aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 339/09, do deputado **Vicentinho (PT-SP)**, que assegura o direito ao adicional noturno para policiais militares, bombeiros militares e integrantes dos órgãos de segurança pública.

A proposta será votada pelo Plenário, após sua aprovação por comissão especial.

A Constituição já garante esse benefício a todos os trabalhadores rurais e urbanos e a servidores públicos, exceto para policiais militares, bombeiros militares e integrantes dos órgãos de segurança pública. A proposta torna expresso esse direito na Constituição.

Ao propor novo texto constitucional, o projeto também elimina a possibilidade de contenciosos que envolvem os integrantes dos órgãos de segurança pública civis (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal e polícias civis).

Segundo o relator na CCJ, deputado **Roberto Magalhães (DEM-PE)**, como toda legislação deve estar de acordo com a Constituição, o pagamento será extensivo aos servidores dos Estados.

ECONOMIA

Professor vê equilíbrio em projeto que regula contratos de seguros privados

Rodrigo Bittar

Professor de Direito do Seguro da PUC/SP, Josué de Oliveira Rios afirmou ontem na Câmara que o Projeto de Lei 3555/004, do deputado **José Eduardo Cardozo (PT-SP)**, abre a "caixa preta" dos seguros obrigatórios (como o DPVAT, por exemplo) por estabelecer as áreas de aplicação dos recursos e é "equilibrado" ao atender aos interesses de todas as partes envolvidas: as seguradoras, os consumidores e os corretores.

Em audiência pública na comissão especial sobre o projeto, que cria uma lei específica para regular os contratos de seguro privado, o professor afirmou que as seguradoras "não podem reclamar" da proposta, pois os seus interesses estão sendo contemplados. "Em todos os artigos em que busquei os direitos dos consumidores, eu vi os interesses

das seguradoras resguardados", disse.

Rios acrescentou que as outras partes do mercado também foram contempladas, especialmente os usuários de seguros, uma vez que a proposta é coerente com o Código de Defesa do Consumidor (CDC). "O projeto convive bem com o código, mas traz assuntos novos que estão implícitos no CDC e precisavam ser explicitados", definiu.

Substitutivo - O autor do requerimento para a realização da audiência, deputado **Moreira Mendes (PPS-RO)**, declarou que as informações do professor vão orientar o relator do projeto na comissão, deputado **Jorginho Maluly (DEM-SP)**, a elaborar um substitutivo. "O posicionamento do professor sobre os artigos que tratam dos seguros compulsórios vai ajudar a dar mais transparência a um setor que é uma verdadeira caixa-preta", disse.

As empresas de seguro e previdência privada são as maiores críticas da



Professor Josué Ferreira Rios e deputado Moreira Mendes

proposta. Os presidentes da Bradesco Seguros, SulAmérica, Mapfre Vera Cruz e Porto Seguro já participaram de audiência pública na comissão especial e cobraram mudanças no texto.

O presidente da Vera Cruz, Antônio de Cássio dos Santos, por exemplo, avalia que a proposta inviabiliza os novos pro-

jetos do setor, como o microsseguro para a população de baixa renda e outras modalidades que passaram a ser oferecidas recentemente, como o seguro de crédito doméstico e o seguro coletivo de vida. Santos também teme que as mudanças venham a provocar alta nos valores dos seguros.

Deputados destacam importância da inclusão de pessoas com síndrome de Down

A importância do Legislativo no processo de inclusão social foi destacada ontem pelo presidente da Câmara, Michel Temer, ao participar de sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março. “Nosso desejo e papel é produzir uma legislação integradora, até no mercado de trabalho”, disse, pedindo à sociedade apoio a iniciativas de inclusão social.

A homenagem foi proposta pela Comissão de Legislação Participativa, por iniciativa do deputado **Paulo Pimenta (PT-RS)** e da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Pimenta disse que a data tem contribuído para uma reflexão sobre a síndrome de Down. “Hoje, muitas crianças, jovens e adultos têm assegurado seu direito de acesso à sociedade”, afirmou.

O Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 14,5% da população brasileira (cerca de 26 milhões de pessoas) têm alguma deficiência física ou mental. Dentro desse grupo, estima-se que 300 mil pessoas nasceram com a Síndrome de Down.

Avanços legais - Paulo Pimenta ressaltou os avanços ocorridos para a inclusão das pessoas com deficiência em diferentes setores da sociedade, em particular, na educação. “A principal barreira estamos ultrapassando. Hoje temos uma política voltada para inclusão de todos. Entretanto, há muito a fazer”, afirmou. Um dos avanços citados pelo parlamen-

tar foi a ratificação, pelo governo brasileiro, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto Legislativo 286/08). A convenção, que já teve adesão de 192 países, estabelece, entre outras determinações, o compromisso da construção de sistemas educacionais com integração das pessoas com deficiência.

O líder do PSB, deputado **Rodrigo Rollemberg (DF)**, destacou a aprovação da lei que obriga percentagem mínima para pessoas com deficiência em empresas privadas e no setor público. Segundo ele, o Parlamento tem o desafio de garantir a acessibilidade nos prédios e locais públicos e o acesso ao emprego a essa parcela da população.

Experiências - A deputada **Luiza Erundina (PSB-SP)** cria um sobrinho Down de 28 anos, que ficou órfão de mãe aos cinco. A parlamentar disse ter sonhado com a sessão e com os homenageados. “Elas que teriam de falar, porque têm o que nos ensinar”, ressaltou.

A deputada **Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO)** afirmou que sua convivência com um cunhado que tem a síndrome ajudou-a em seu trabalho à frente da Secretaria de Educação de Goiás. “Acompanhei a trajetória dele. As mães das crianças chamadas normais achavam que a presença de crianças com deficiência retardaria o processo educacional”, lembrou.

A deputada **Fátima Bezerra (PT-RN)** ressaltou a importância de promover o conhecimento da síndrome



Jovens com síndrome de Down participaram de sessão solene em sua homenagem realizada no plenário da Câmara

para facilitar a integração das pessoas com Down na sociedade. “O valor e a importância do ser humano não estão associados a suas atribuições físicas ou sua capacidade intelectual”, afirmou.

Também prestaram homenagem os deputados **Mauro Benevides (PMDB-CE)**, **Sandra Rosado (PSB-RN)**, **Geraldo Resende (PMDB-MS)** e **Celso Maldaner (PMDB-SC)**.

Participantes querem aprovação de nova regra para aposentadoria de deficiente

Deputados e representantes de associações em prol de deficientes ressaltaram a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 277/05, do ex-deputado Leonardo Mattos, que facilita a aposentadoria das pessoas com deficiência, ao reduzir o tempo necessário para pedir o benefício. A proposta está na pauta de votação do Plenário nesta semana.

Também tramita na Câmara o Projeto de Lei 5761/09, da deputada **Gorete Pereira (PR-CE)**, que isenta pessoas

com deficiência, entre elas a síndrome de Down, e idosos do pagamento de Imposto de Renda. A proposta está em análise na Comissão de Seguridade Social e Família.

O dia 21 de março foi escolhido pela associação “Down Syndrome International” para ser o Dia Internacional da Síndrome de Down em referência ao erro genético que a provoca. Todas as pessoas possuem 23 pares de cromossomos. As que têm Down possuem três cromossomos no par de número 21 (daí a data 21/03).

EMENDA CONSTITUCIONAL

Educadores divergem sobre necessidade de PEC do ensino especial

Marcelo Oliveira

A necessidade de deixar explícita, no texto constitucional, a obrigatoriedade de o Estado garantir ensino especializado e continuado às pessoas com deficiência, independentemente da idade, dividiu opiniões em audiência pública realizada ontem. O acesso irrestrito dessa parcela da população à escola, de preferência na rede regular, está previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 347/09, da deputada **Rita Camata (PSDB-ES)**.

De acordo com o representante da Secretaria de Educação Especial do Rio Grande do Norte, Joiran Medeiros da Silva – que participou da audiência promovida pela comissão especial que analisa a matéria –, a PEC é desnecessária, pois já existem normas que garantem um sistema educacional

inclusivo, sem diferenciação de faixa etária, aos indivíduos com deficiência. Ele citou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) – aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo 186/08 – e o Decreto 6.571/08.

Para Joiran da Silva e a representante da Secretaria de Educação Especial do Acre, Cláudia de Paoli, em vez de alterar a Constituição, o ideal seria retirar o conceito de “terminalidade específica” (segundo o qual a oferta de ensino ocorrerá somente até os 18 anos para pessoas com deficiência mental) previsto na Resolução 2/02 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96).

“Algumas escolas usam a terminalidade para justificar a recusa da matrícula de adultos com deficiência. Mas isso tem

acontecido no Distrito Federal – não reflete a realidade de todo o País”, ressaltou Silva.

Outros estados - O relator da proposta, deputado **Paulo Delgado (PT-MG)**, que defendeu a necessidade da PEC, afirmou que, embora a medida tenha surgido a partir de denúncias ocorridas no DF, o impedimento do acesso à educação para pessoas com deficiência com mais de 18 anos acontece em outras unidades da Federação. “Não é uma PEC baseada apenas na realidade do DF”, sustentou.

Delgado acrescentou que a emenda constitucional tornará a regulamentação da matéria mais clara. “Se as autoridades que recusam a matrícula de alunos especiais após os 18 anos reconhecessem que elas estão erradas, não haveria a necessidade da PEC. A alteração na Constituição tornou-se necessária, porque a legislação atual tem sido interpretada

equivocadamente”, explicou.

O deputado **Alceni Guerra (DEM-PR)** também definiu como um “avanço” a existência de uma determinação específica na Carta Magna sobre a obrigatoriedade de garantir a educação de indivíduos com deficiência ao longo de toda a vida. “Quando se propõe uma PEC é porque a redação atual está deixando de assegurar algum direito. Não podemos ficar indiferentes ao sofrimento de alguém que é excluído do processo educacional”, argumentou.

Relatório - Paulo Delgado pretende apresentar seu relatório sobre a matéria ainda no mês de abril. “Ainda estou aberto a sugestões. O objetivo é encontrar o melhor caminho para acolher a demanda de todos aqueles que necessitam de uma proteção especial do Estado”, disse.

Pinga-Fogo

Saúde

Osmar Terra (PMDB-RS) comunicou o seu retorno à Câmara, após ocupar a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, e disse que espera contribuir para a obtenção de mais recursos para a saúde por meio da aprovação da Emenda 29. Terra afirmou ainda que o Rio Grande do Sul tem “travado uma batalha” para reduzir a taxa de mortalidade infantil, e que a meta só não foi alcançada por causa das epidemias no estado. Segundo o deputado, o estado obteve avanços na área com a entrega de medicamentos nas casas de idosos, além de pagar melhores salários para agentes de saúde que atendem as áreas mais violentas.

Transportes

O Brasil está muito atrasado em termos de investimento em infraestrutura, especialmente em transportes, avaliou **Edinho Bez (PMDB-SC)**. Segundo o deputado, o potencial de crescimento do País não será atingido se não houver mais investimentos nessa área. Edinho Bez destacou a inclusão no PAC da ferrovia que vai ligar o Porto de Itajaí (SC) à Argentina, permitindo a exportação direta para o Mercosul, e a posterior ligação com a ferrovia Bioceânica, que viabilizará a exportação de produtos para a Ásia através do Chile.

Prisão de brasileiros

Márcio Junqueira (DEM-RR) pediu providências ao Itamaraty para interceder junto ao governo da Venezuela em relação à prisão, naquele país, de sete caminhoneiros brasileiros. Eles foram presos porque sob a alegação de transportar mercadoria com documentação irregular na fronteira entre os dois países. O deputado avaliou como acertada a decisão do governo de enviar helicópteros para ajudar no resgate de reféns das Farc, na Colômbia, mas ressaltou que a mesma iniciativa deveria ser tomada em relação aos caminhoneiros presos na Venezuela.



GILBERTO NASCIMENTO

Bornhausen pede apoio a proposta que devolve aos mais pobres os impostos pagos

Ao condenar a carga fiscal no Brasil, que definiu como “brutal”, o líder do DEM, deputado **Paulo Bornhausen (DEM-SC)**, pediu o apoio dos parlamentares a projeto de sua autoria (PL 6898/10), que pretende devolver à população mais pobre o dinheiro pago em impostos incidentes na compra de bens e serviços. Pelo texto, serão beneficiadas as pessoas que não possuem renda suficiente para garantir o sustento mínimo da própria família. “É um projeto voltado à diminuição da injustiça fiscal

presente na grande maioria de nossos impostos e contribuições sociais, de caráter não progressivo, e que, por isso mesmo, incidem de modo muito mais pesado e injusto sobre as camadas de menor renda e salários”, explicou.

A proposta de Bornhausen determina o reembolso em dinheiro, sem a necessidade de pedido do interessado, de tributos federais, estaduais, municipais e distritais incidentes na compra de bens e serviços. O valor a ser ressarcido será calculado com base no total dos tributos, descontados os valores pagos aos contribuintes inscritos em programas de estímulo à nota fiscal.

Segundo o deputado, a população se sente punida duplamente: pelo custo e pela quantidade dos impostos e contribuições cobradas e pela prestação insuficiente e ineficiente da maioria dos serviços públicos. “Vergonhosamente, somos reconhecidos em todo o mundo e no concerto das instituições internacionais multilaterais como um país que pratica carga tributária equivalente às democracias sociais europeias avançadas e oferece à sociedade servi-

ços públicos de qualidade decrescente, algumas vezes próxima dos padrões da África menos desenvolvida”, comparou.

Bornhausen ressaltou que, ao longo dos últimos 40 anos, a carga fiscal foi ampliada sem contrapartidas equivalentes nos serviços públicos. O atual governo, observou o parlamentar, pôde ampliar de modo muito significativo a arrecadação tributária por quase seis anos seguidos, sem contudo promover qualquer alteração ou redirecionamento na matriz tributária. Ao evitar por longos períodos as correções das tabelas de impostos, acrescentou, o governo promoveu aumento disfarçado da carga tributária. “A única exceção de alívio foram as desonerações fiscais limitadas, entre 2007 e 2009, em decorrência da crise econômico-financeira e de seus efeitos em nosso País.”

Bornhausen disse ainda que os recursos tributários adicionais foram preferencialmente utilizados para ampliar a máquina administrativa e os gastos correntes, com ônus e impactos significativos para os próximos 30 anos.

Vergonhosamente, somos reconhecidos como um país com carga tributária equivalente à europeia, mas com serviços públicos de qualidade decrescente



GILBERTO NASCIMENTO

Renato Mölling cobra investimentos na indústria para aumentar a geração de empregos

O deputado **Renato Mölling (PP-RS)** defendeu a criação de uma política industrial clara que privilegie a indústria de transformação a fim de que o País continue gerando empregos. “Mais do que postos de trabalho, empregos significam dignidade, vida

melhor, comida na mesa de cada trabalhador, esperança e confiança no futuro”, destacou.

Na avaliação do parlamentar, os programas sociais são importantes, mas precisam vir acompanhados de projetos de treinamento e preparação para o mercado de trabalho, já que poucas pessoas querem viver exclusivamente da contribuição do Estado e muitos “sonham em criar sua família a partir do suor do seu próprio trabalho”. Mölling elogiou as medidas do governo federal para minimizar os efeitos da crise financeira internacional e manter os empregos.

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Setores Coureiro-Calçadista e Moveleiro, o deputado ressaltou o impacto positivo das ações do governo para combater a crise financeira. Segundo ele, a redução a zero do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre móveis, durante três meses, e a equalização desse imposto para móveis, chapas e compensados, em 5%, foram medidas acertadas e elogiadas por todos.

No setor calçadista, salientou, foram criados 30 mil empregos em seis meses. “Atualmente, carros de som são vistos oferecendo vagas pelas principais cidades produtoras, fato que não se via há muitos

anos”, destacou. Já o setor moveleiro tem projeção de crescimento de 20% na oferta de vagas a partir da decisão de equalizar o IPI, além de expectativa positiva com a retomada das exportações, explicou.

Mölling lembrou ter feito vários discursos em Plenário ressaltando a importância desses setores, além de acompanhar de perto o trabalho das entidades. “Até mesmo durante o recesso acompanhei lideranças empresariais em audiências pelos ministérios”, informou.

O complexo coureiro-calçadista, ressaltou o deputado, gera aproximadamente um milhão de empregos diretos e indiretos, o que representa, segundo explicou, mais de 7% de todo o emprego da indústria de transformação nacional, enquanto as exportações chegam a bilhões de dólares por ano, com milhões de pares exportados para mais de 150 países.

Renato Mölling disse ainda que no último trimestre de 2008 foram cortados cerca de 42 mil postos de trabalho na indústria calçadista, de acordo com dados da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados).

Embrapa apoia parcerias com usinas para difundir etanol de sorgo

Janary Junior

O Brasil pode se tornar uma referência mundial na produção de etanol a partir do sorgo, mas para isso os pesquisadores precisam intensificar as parcerias com usinas em todo o País para conhecer melhor o sistema de produção da cultura e ajustá-lo às diferentes regiões. A avaliação foi feita ontem por pesquisadores da Embrapa Milho e Sorgo, em audiência pública realizada pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. A audiência foi requerida pelo deputado **Duarte Nogueira (PSDB-SP)**. O sorgo é um cereal que pode ser usado como alimento humano e animal, além de ser útil na produção de farinha, entre outras aplicações.

A disseminação da cultura, em parceria com usinas de todo o País, facilitaria a compreensão do seu aproveitamento industrial, do sistema de mecanização da lavoura e das variedades mais promissoras. “O caminho hoje é a integração com as grandes destilarias. Precisamos



Relator da proposta, Duarte Nogueira destaca benefícios a consumidor

de produtores de usinas localizadas em diferentes pontos do País que se dispõem a montar unidades pilotos”, disse o pesquisador João Carlos Garcia.

A Embrapa já realiza um projeto piloto com uma empresa privada mineira, com uma área plantada de 12 hectares. Garcia quer replicar essa experiência em outros pontos do País.

Potencial - Segundo os pesquisadores, o sorgo tem um alto potencial energético – pode produzir até 4,5 mil litros de

etanol por hectare, metade do aproveitamento da cana-de-açúcar – e pode ser usado de forma complementar aos canaviais. A ideia é que ele seja colhido nos períodos de entressafra da cana (janeiro a março), fornecendo matéria-prima para as usinas no seu período de ociosidade. “O sorgo é uma verdadeira fábrica de energia”, atestou o pesquisador da Embrapa Robert Schaffert. Segundo ele, em dois anos a instituição deverá colocar no mercado novas variedades de sorgo para a produção de etanol. Em cinco anos, devem surgir cultivares (variedades híbridas) mais resistentes e fáceis de serem colhidas no campo. Schaffert disse que o sorgo tem como vantagens, além do ciclo curto, a baixa necessidade de água e a possibilidade de mecanização total da colheita, o que torna a produção

mais eficiente do que a da cana, ainda intensiva em mão-de-obra. Outra vantagem é a possibilidade de usar as sobras da produção nas usinas para a alimentação animal.

Benefício - O deputado Duarte Nogueira disse que a produção de etanol a partir do sorgo poderia beneficiar os consumidores. “Durante a entressafra, período em que o preço do álcool está mais caro, poderemos continuar produzindo etanol. Isso permitirá uma condição mais adequada de abastecimento do mercado”, ressaltou.

Ele lembrou que as pesquisas com sorgo no País foram interrompidas na década de 80. O sucesso da produção de álcool a partir da cana acabou enfraquecendo as pesquisas com o cereal que vinham sendo feitas pela Embrapa. Com a abertura de um mercado mundial de biocombustíveis, o sorgo voltou a ser priorizado pela Embrapa para a produção de etanol e pode viver um *boom* no futuro.

Atualmente, a cultura de sorgo tem posição marginal no País, apesar de ser adaptada aos climas tropicais. A produção foi de 1,9 milhão de toneladas na safra 2008/2009, ante 5,9 milhões de toneladas do trigo - cultura de climas temperados.

SEGURIDADE SOCIAL

Debatedores apontam necessidade de salário que compense gastos com especialização de fisioterapeuta

Maria Neves

Presidente do Sindicato de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado de São Paulo (Sinfito), Edson Stefani destacou ontem, na Câmara, que atualmente a base salarial de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais varia de R\$ 1.560, em São Paulo, a R\$ 650, no Rio de Janeiro. “É um absurdo, o investimento que fazemos é muito alto em relação ao que ganhamos. Esse piso é vale-refeição”, sustentou.

Edson Stefani participou de audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir o Projeto de Lei 5979/09. De autoria do deputado **Mauro Nazif (PSB-RO)**, a proposta define o piso salarial de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional em R\$ 4.650.

Segundo Stefani, 90% dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais são formados em universidades privadas. O valor pago apenas em mensalidades da graduação, em seus cálculos, é da ordem de R\$ 72 mil.

Já o deputado Mauro Nazif calcula que, até con-

cluir a especialização, esses profissionais gastam em torno de R\$ 129.600. Segundo ele, seriam necessários cerca de oito anos para recuperar esses gastos com o piso atual. “Que empresa investe para ter retorno nesse tempo?”, questionou.

Com a base salarial proposta, conforme estimou o deputado, o tempo de recuperação do investimento cai para algo em torno de 2,5 anos. “O piso proporciona ao profissional poder se atualizar mais, se dedicar mais à família, e dá incentivo para aqueles que estão se formando”, defendeu.

Para o presidente da Associação de Fisioterapeutas do Brasil, Reginaldo Antolin Bonatti, além de dar dignidade à categoria, a proposta “vai conferir a autoestima que está faltando a esses profissionais”. De acordo com Bonatti, a fisioterapia brasileira é considerada hoje uma das melhores do mundo. “O Brasil teve o maior crescimento no número de publicações científicas no mundo, e são publicações de impacto, que têm qualidade e servem de referência para trabalhos internacionais”, sustentou.

O fisioterapeuta também ressaltou que o Brasil conta com número elevado de profissionais em re-

lação à média mundial. Hoje, explicou, existem no mundo cerca de 350 mil fisioterapeutas, e cerca de 140 mil deles atuam no Brasil. “Isso significa que a categoria tem força política e científica muito maior que em outros países”, destacou.

O representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), Eduardo Olívio Ravagni Nicolini, acrescentou que os terapeutas ocupacionais somam 15 mil no País. Para ele, o projeto de Nazif vai servir de base para negociar o valor do trabalho desses profissionais da saúde não somente junto aos empregadores, mas também de planos de saúde, por exemplo.

Na opinião do relator do projeto e autor do pedido de realização da audiência pública, deputado **Dr. Paulo César (PR-RJ)**, o piso salarial representa “uma luta justa”. Ele lembrou que o País “tem crescido muito economicamente”, o que criaria condições para atender à reivindicação. O relator adiantou ainda que está estudando a situação financeira dos diferentes municípios, mas não pretende alterar o valor da base salarial proposta. “Só se for para aumentar”, afirmou.

Parlamentares defendem adiamento de votação do novo Código Florestal

Noéli Nobre

Os presidentes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado **Jorge Khoury (DEM-BA)**, e da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado **Sarney Filho (PV-MA)**, defenderam o adiamento da votação das mudanças no Código Florestal (Lei 4.771/65) para 2011. Eles participaram ontem de seminário promovido por entidades da área de meio ambiente para discutir as propostas de mudança na legislação ambiental.

Jorge Khoury acredita que, neste ano, os parlamentares deveriam se concentrar em alguns pontos e buscar consenso para viabilizar a votação deles. O deputado argumenta que as votações em anos eleitorais acabam prejudicadas pelo processo eleitoral.

Ele cita como exemplo dos pontos que poderiam ser priorizados neste ano a compensação de reservas legais em outras bacias e a flexibilização do percentual de reserva legal em áreas já desmatadas. Jorge Khoury explica que a flexibilização permitiria que, na Amazônia Legal, por exemplo, onde a reserva obrigatória é de 80%, a recomposição poderia ser feita em 50% da área com vegetação nativa

e nos outros 30% com espécies que permitissem a exploração econômica ou pesquisa.

Khoury defende o princípio do equilíbrio na discussão das mudanças na legislação ambiental. Ele reafirmou ser contra os radicalismos dos dois principais setores envolvidos no debate: ambientalistas e ruralistas.

Tema polêmico - Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, Sarney Filho também acredita que a votação das mudanças no Código Florestal deve ser adiada para 2011. Ele afirmou que a discussão de tema tão polêmico em ano eleitoral pode contaminar o debate. O deputado é contrário às alterações propostas e diz que o objetivo da maioria delas é facilitar o desmatamento.

Já o deputado **Nilson Pinto (PSDB-PA)**, que já presidiu a Comissão de Meio Ambiente, discorda de Jorge Khoury e Sarney Filho. Ele argumenta que um eventual adiamento da discussão e da votação das mudanças no Código Florestal para 2011 obrigaria os deputados e senadores a também adiar todas as votações. Todos os projetos, segundo ele, são potencialmente vulneráveis ao processo eleitoral, pois terão impacto sobre a vida dos eleitores.



JANINE MORAES

Para Sarney Filho, presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, o ano eleitoral pode contaminar o debate sobre um tema polêmico como a legislação eleitoral

Produtos brasileiros devem agregar valores ambientais, defende senadora

Para a senadora Marina Silva (PV-AC), que também participou do seminário, o aperfeiçoamento do Código Florestal não deve deixar de lado a preservação da floresta, como componente importante da economia. Marina Silva disse que é preciso agregar valores ambientais aos produtos brasileiros. "Isso vai fazer muito bem para os nossos negócios", afirmou.

Também para o secretário executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Luís Fernando Pinto, o Brasil deve encarar a questão ambiental como uma oportunidade econômica.

"O Código Florestal não é a mazela da agricultura brasileira. A questão é muito mais ampla e envolve taxa de câmbio, por exemplo. É totalmente possível produzir e conservar", disse.

O coordenador do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho, também não vê contradição entre meio ambiente e crescimento econômico e disse não haver necessidade de "conciliar" os dois setores. Isso porque, para ele, a preservação ambiental é via fundamental de crescimento.

Aldo Rebelo deve apresentar seu parecer até o fim de abril

Idhelene Macedo

O relator da comissão especial que analisa alterações relativas ao Código Florestal e à Lei de Crimes Ambientais, deputado **Aldo Rebelo (PCdoB-SP)**, disse ontem que deverá apresentar o parecer até o fim deste mês. O relatório, informou, será resultado das audiências públicas realizadas pela comissão em Brasília e em outros 18 estados, com a participação de universidades, ONGs e produtores rurais.

Aldo Rebelo descartou o adiamento do debate em torno do Código Florestal para 2011, como defendem alguns setores. "Os ambientalistas têm todo tempo do mundo, os produtores rurais não têm, pois têm uma safra todo ano para colher. A safra dos produtores rurais não depende da ajuda dos governos europeus, mas do trabalho deles", avaliou.

Flexibilização - Em audiência pública realizada ontem pela comissão especial, os debatedores defenderam uma flexibilização do Código Florestal em favor dos produtores rurais. Provocou divergência, por exemplo, a interpretação da legislação

adotada pelo promotor da comarca de Franca, São Paulo, Fernando Martins. Segundo seu entendimento, as áreas de proteção permanente (APPs) podem fazer parte da reserva legal das propriedades, desde que integrem o mesmo bioma.

As APPs são áreas de vegetação protegidas por lei que ficam às margens de nascentes, rios e encostas. A reserva legal também é uma área de conservação e seu tamanho varia de acordo com a região, podendo chegar a 80% em regiões de florestas. De acordo com o promotor Fernando Martins, esse entendimento dá mais equilíbrio no tratamento dispensado às propriedades com recursos naturais, que acabavam sendo oneradas.

Líder do Psol, o deputado **Ivan Valente (SP)** discordou do promotor. Ele entende que a interpretação de Fernando Martins é uma maneira conformista de ver a situação. "Se já está devastado, em vez de mandar recuperar, você arruma fórmulas que vão garantir que o que está na reserva legal possa ser juntada com a APP. Essa visão pode estimular o desmatamento em nome de uma atuação pragmática em relação ao

processo de recomposição da reserva legal", analisou.

ONGs - Já o prefeito de Querência, no Mato Grosso, Fernando Gorgen, criticou a atuação de ONGs na sua região. "Alguns ongueiros chegam lá com uma tatuagem no peito, um cabelo comprido e um brinco atravessado no nariz dizendo que estão preocupados com a nossa terra. Ninguém está mais preocupado com a nossa terra do que nós que vivemos dela, que precisamos dela para pagar o

mercado no fim do mês. Ninguém está mais preocupado com o solo do que o produtor rural", disse.

O consultor técnico Roberto Grecelle apresentou na audiência um estudo de adequação ambiental encomendado pelos produtores rurais de Rondônia. Uma das conclusões do trabalho aponta custo médio de R\$ 7 mil para reflorestar um hectare no estado. Para ele, é preciso definir de onde virão os recursos para reflorestar a Amazônia.

LAYCER TOMAZ



Em audiência realizada pela comissão especial, debatedores defenderam a flexibilização do Código Florestal em favor dos produtores rurais